

# Editorial

Ronald W. Sousa  
*University of Minnesota*

Ao nosso ver, é sumamente irónico que a crítica vigente raramente aplique uma metodologia socio-histórica à literatura portuguesa. Enquanto, no contexto da literatura de língua portuguesa, as letras brasileiras e, ultimamente, as da África lusófona têm sido submetidas a essa perspectiva crítica, o que ainda predomina no estudo da literatura do próprio Portugal são modalidades puramente textuais.

Que nação, examinada a mera superfície de sua história, tem experimentado pressões sobre os seus processos de criação cultural mais facilmente analisáveis em termos de referência socio-histórica do que Portugal! A nação pequena que se espalhou por zonas costeiras de África e Ásia, controlando-as comercialmente, e que logo viu essas zonas — e o simples facto de ela as controlar — exercer, por seu turno, um efeito profundo na cultura e produção cultural (para nossos propósitos, a literária). Até *Os Lusíadas*, o poema épico nacional, reflecte, afinal, o facto de ter sido escrito no Oriente! E, na mesma época de Camões, a produção literária portuguesa tinha caído sob o domínio parcial de correntes, formas, até língua do núcleo cultural centro-peninsular então em forte processo de vigorar. Com efeito, logo, uma subjugação parcial ao nível da cultura precedeu a subjugação política de 1580. E desde que reestabeleceu, em 1640, sua separação política da Espanha, Portugal tem experimentado outro tipo de dominação estrangeira — uma dominação económica de um grau ou outro, exercida primeiro pela Inglaterra e, agora, nos últimos decénios, pela América do Norte. E, ao mesmo tempo que sofria esse domínio, estava a manter uma estrutura colonial de uma certa conta. Na verdade, em finais do século dezanove — época de pleno colonialismo agressivo por parte das nações europeias — tinha-se feito um poder colonial só segundo à própria Inglaterra. Suas energias internas foram organizadas, logo, sua cultura formada, com o factor adicional de estar no nexo de duas curvas de dominação externa. Há, por exemplo, questões do canalizar de informações, dos efeitos externos sobre a organização nacional interna, das influências directamente ao nível da criação cultural; e são questões de importância central. Nenhuma estrutura

tabilidade: essa influência era compreendida, e conceituada, em várias cultural, portanto, pode ser mais flagrantemente aberta a análises socio-históricas.

Contudo, as incursões dessa perspectiva crítica têm sido mínimas. Qualquer das publicações profissionais da disciplina o manifesta: enquanto estudos socio-historicamente orientados —alguns excelentes— aparecem —e talvez com mais frequência do que anteriormente—, todavia constituem uma minoria pequena.

Fácil começar a explicar esse estado de coisas referindo-se à situação política portuguesa das últimas décadas, a qual obviamente não fomentou estudos de carácter socio-histórico, e cuja influência inibitiva sem dúvida alguma irradiou-se pela disciplina, vista ela no seu escopo internacional. Mas esta é, na melhor das hipóteses, uma explicação parcial. Há, com efeito, outros factores a considerar, entre os quais o estado dos estudos propriamente históricos na disciplina (assunto a que voltaremos). A outra face da medalha é que a oportunidade realmente tem existido; os críticos literários que não lançámos mão dela. Em todo caso, não é nosso propósito presente averiguar causas senão sugerir linhas de acção.

Para cumprir tal propósito, voltemos a uma das curvas externas a que acima referimo-nos: a questão do domínio estrangeiro (ler «inglês») em Portugal. E escolhamos o século dezanove, visto que ele representa a época divisória na transição entre o Portugal de antigo regime e as estruturas modernas.

O assunto é problemático —no sentido de que os historiadores não concordam na natureza específica de tal domínio, nem em suas implicações, nem, portanto, em sua importância relativa (para um sumário dessa problemática, ver Armando Castro, *A Dominação Inglesa em Portugal* [Porto, 1972], págs. 5-39). Que tal influência existia, porém, e que tinha um efeito sobre Portugal, são factores incontestáveis. Com igual incontestabilidade: essa influência era compreendida, e conceituada, em várias maneiras pelos portugueses do século dezanove. Examinemos uma série de referências ao problema por diversos comentadores da cena contemporânea:

1834. Associação Mercantil Lisbonense:

[Promove-se] a criação duma Companhia poderosa [africana] que desenvolva e anime aquelas abudantíssimas fontes de riqueza, propague a civilização naquelas paragens, e alivie a nossa infeliz pátria da dura dependência em que se acha dos estrangeiros, ao menos quanto aos géneros chamados coloniais.

(De um documento reproduzido em Roque da Fonseca, *A Associação Comercial de Lisboa e o Império* [Lisboa, 1938], pág. 42).

1851. Henriques Nogueira:

Qual é o português digno deste nome que não tem corado de vergonha e estremecido de indignação, vendo a impudência com que os gabinetes *protectores* [ingleses] põem e dispõem das nossas coisas, como se dessem ordens aos governadores das suas colónias?

(*Estudos sobre a Reforma em Portugal* [1851; reed., Coimbra, 1923], pág. 209; grifo original).

1867. Eça de Queiroz:

A influência que ela [a Inglaterra] exerceu nos nossos destinos mostra, mais que todas as teorias, qual o resultado das ligações comerciais entre um povo industrial e um povo não industrial.

(Em *O Distrito de Évora*, N.º 6 [24 de Jan.]; repr. em *Prosas Esquecidas* [Lisboa, 1965], II, 61).

1883? Anónimo:

[O tratado de 1654] começou a estabelecer a nossa *dependência mercantil* da Inglaterra...

(«A Dominação Inglesa em Portugal», por um compatriota de Gomes Freire de Andrade [1883; parcialmente repr. em Castro, *op. cit.*, págs. 129-163; citação em pág. 138]; grifo nosso).

1890. (após *Ultimatum*): António Enes:

A lenda de ser Portugal apenas uma colónia inglesa convém acabá-la praticamente, e para isso é necessário ligar estreitamente o nosso comércio com o das outras nações amigas.

(O «*Ultimatum*» *Visto por António Enes* [Lisboa, 1946], pág. 224).

Estas formulações, no que respeita ao seu conceito da relação com a Inglaterra, não passam, evidentemente, de avaliações impressionistas duma situação cuja base factual não procuram estabelecer. Não são, logo, análises senão testemunhos idiossincráticos. Mas, a fim de criar um exercício

que isole perguntas básicas acerca da época, suponhamos que esses testemunhos constituam uma prova suficiente, descrevendo uma trajectória de conceituar o problema (e deixemos à parte consideração das posições sociais variadas de que os textos procedem). Vistos nesse plano putativo, os textos parecem representar um processo de consciência crescente desde um optimismo de 1834 —ano inicial do projecto liberal em Portugal— através de várias fases mais ou menos analíticas até à formulação significativamente contraditória emitida por António Enes no ano do *ultimatum* inglês. E quando se leva em conta também que, após sua subsequente nomeação à pasta da Marinha e Ultramar, ele não continuou a ideia de pôr termo abrupto ao comércio inglês, essa contradição —revelada ao nível da linguagem na justaposição da noção de uma «lenda» com a declaração de que havia necessidade de acção— se vê no que são suas verdadeiras dimensões: necessidades concomitantes de afirmar, por um lado, que a governança de Portugal era um assunto puramente português e, por outro lado, de manter o *status quo* dentro do país, o qual implicava a continuação da presença inglesa. Por isso, as palavras de António Enes, apreciadas apenas no nível indicado, evidentemente encarnam uma pose idealista momentânea de natureza nacionalista sem significado duradouro.

Mas a produção da chamada Geração de '90 —produção que muitos críticos julgam cristalizada pelo *ultimatum*— não é definível, ao mesmo nível, em quase os mesmos termos? A resposta é, evidentemente, uma simples afirmativa. Esta resposta simples, porém, se deixamo-la ficar nesse nível, é puramente mecânica. É que tal nacionalismo hispersensível e idealista constitui a investigação do dilema nacional num plano abstracto? Se constitui tal, porque fica nesse plano? Tal colocação reflecte uma disposição —ou desempenha uma função— social colectiva? A obra da Geração de '90 representa, portanto, simplesmente a transmissão em nova forma dos valores da classe social dominante de antes do *ultimatum*? Para responder a tais perguntas —ou, com efeito, para formular perguntas com mais especificidade— precisaríamos começar com um conceito da estrutura de classes da época. Não simplesmente a noção de uma oligarquia dominante ligada ao capital financeiro e de importação-exportação mas também uma descrição dos grupos subordinados dentro do estabelecimento burguês, sua consciência de si como grupos (ou falta da mesma), seus perfis ideológicos consequentes, etc. Em resumo, investigação da problemática apresentada por escritores tais como António Nobre exige a proposição de um modelo ao nível da sociologia da cultura, fundamentado ele, por seu turno, num modelo socio-político (um modelo que, demais, leve em conta todos os factores, não só o factor isolado de uma possível subjugação a forças económicas externas, abertura pela qual entrámos, um pouco artificialmente, nesta focagem de perguntas).

Uma outra área problemática, relacionada com esta. Como analisar as mudanças, mais ou menos contemporâneas com o aparecimento dos escritores de '90, na obra de vários membros da chamada Geração de '70? Os exemplos desse processo são conhecidíssimos; pensamos primariamente no Eça de Queiroz de *Ilustre Casa de Ramires* e *A Cidade e*

*as Serras*. Estes romances são meros paralelos, expressados no código amoldado pelo Eça dos '70, da obra do grupo de '90? Como conceituar tal problema? Demais, é normal na crítica sobre Eça dizer que ele evoluiu de romances naturalistas «pessimistas» nos '70 a romances humanistas-nacionalistas «optimistas» nos '90. A terminologia crítica de «optimismo» e «pessimismo» julgamos demasiado generalizada, mas, se fôssemos utilizá-la, invertê-la-íamos, à luz da matéria acima aduzida. Diríamos que Eça com efeito procedeu de romances socio-analíticos «optimistas» que propõem soluções analíticas ao nível de sistema nacional (cf. o tom analítico de sua observação de 1867), a romances individualistas em que a noção de que procurar uma resposta sistemática ao dilema nacional é uma posição sustentável se abandona. Para continuar a dicotomia preestabelecida, poderíamos qualificar essa posição de «pessimista», mas preferiríamos denominá-la «escapista» e procurar relacioná-la com a dos escritores de '90. Nessa trajectória eciana de um polo a outro oposto ao primeiro no que diz respeito à percepção das «possibilidades» nacionais, há uma linha divisória textual? Uma referente histórica correspondente? No lado histórico, qual a importância da crise de '90? A da crise de '76? Essas duas crises representam versões portuguesas de reajustamentos no curso do desenvolvimento capitalista em Europa. Seu impacto em Portugal, dependência pelo menos parcial de Europa em termos económicos, foi maior do que em outros países? Como era percebida a situação portuguesa resultante, não só desde dentro mas também desde o estrangeiro (onde, incidentemente, Eça morava e escrevia)? Tais perguntas, evidentemente, sugerem mais factores a ser incluídos num modelo descritivo.

Tudo isso chama atenção ao estado actual de estudos propriamente históricos na área —questão acima referida. O simples facto é que histórias gerais recentes —pensamos na de Oliveira Marques— confessam abertamente a existência de grandes zonas históricas em que até o trabalho básico não tem sido feito. (É um período relativamente subdesenvolvido é, com efeito, o século dezanove.) E, como corolário deste facto, vê-se que há pouco debate sobre interpretações históricas na área portuguesa. (Cremos que a falta de debates críticos tende a produzir trabalho descentralizado —e, às vezes, trabalhos descentralizados— numa disciplina intelectual e que a nossa descentralização produziu, de facto, um círculo vicioso que subjaz boa porção dos problemas aqui esquematizados, tanto na crítica literária como na historiografia.) Como indício desta situação podemos nos referir a um estudo excelente sobre a era entre 1820 e 1852, *A Crise do Liberalismo e as Primeiras Manifestações das Ideias Socialistas*, por Victor de Sá. O livro esquematiza, numa maneira persuasiva, conceitos de estrutura de classes sociais, de evolução social e do papel dos poderes estrangeiros. Há passagens, porém, em que Sá simplesmente diz: «Não aceitamos esta interpretação tradicional desses eventos...», aparentemente justificando este procedimento apenas numa lógica histórica. Obviamente faz isso porque vê inconsistências na interpretação de certos eventos mas não tem dados elaborados nem monografias de base a que ter recurso para ser mais específico. E tudo isso não

toca no facto de que muitos estudos básicos existentes são ou desactualizados ou antiquados; é de lamentar, por exemplo, que o único estudo das associações comerciais de Lisboa do século passado seja o trabalho quase desatendível de Roque da Fonseca.

Sem embargo, parece certo que podemos contar com uma continuação do surto recente de investigações históricas, do qual temos recebido os estudos excelentes de, entre outros, Oliveira Marques, Victor de Sá e José Capela. O que resta a nós que trabalhamos com a matéria literária é a formulação de modelos ao nível da sociologia da cultura com ênfase no sub-género literário. (E, afinal, a literatura fala, à sua maneira, tanto à história quanto a história à literatura.)

Áreas vastas precisam de exploração; estudos preliminares de textos ou grupos de textos têm que ser realizados de acordo com noções históricas bem formuladas. Na base de tal trabalho, modelos de história literária têm que ser propostos, lançados, debatidos. (Dos estudos que conhecemos, os únicos que se fundamentam em «modelos» mais ou menos no sentido em que nós usamos a palavra são a *História da Cultura em Portugal* de António José Saraiva [período: começos a 1580] e o *Romantismo em Portugal* de José Augusto França [período: 1835 a 1880]. Embora abranjam matéria cultural além da literária, ambos proporcionam padrões do tipo de investigação que propomos aqui.) O trabalho é muito, mas também são muitas as implicações para uma reestruturação das maneiras de conceber e ensinar essa literatura que nos interessa --para não mencionar a convicção que subjaz esta breve apresentação: isso é, que uma literatura como a portuguesa se compreende incompletamente se se desatende a dimensão socio-histórica.

*Ideologies and Literature* se propõe como o agente deste tipo de empreendimento. Em primeiro lugar, convida o envio de possíveis colaborações. E o *Institute for the Study of Ideologies and Literature* vai patrocinar, na primavera de 1979, o primeiro numa série de simpósios informais sobre literatura e crítica literária portuguesas, a fim de explorar em termos práticos e detalhados tais questões como as acima sugeridas. Esperamos que resultem dessa primeira sessão planos para uma série de trabalhos individuais que proporcionem as bases de uma sessão futura, da qual presumivelmente virá um projecto em escala maior: a elaboração colaborada de modelos de história literária em áreas designadas.

Correspondência com o *Institute* ou com o escritor destas linhas se convida.